

Década Internacional das Línguas Indígenas e o Plano de Ação Global: por uma ecologia das línguas do Brasil

*International Decade of Indigenous Languages and the Global Action Plan: Toward a
Language Ecology in Brazil*

ANA CECILYA PORTO VIEIRA

Discente de Letras (UFPE)
cecilya.portov@ufpe.br

RAISSA NASCIMENTO DOS SANTOS

Discente de Letras (UFPE)
raissa.n santos@ufpe.br

Resumo: Este artigo analisa a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), com foco no Plano de Ação Global (PAG) elaborado pela UNESCO, a fim de compreender seus impactos no contexto brasileiro. A partir da Ecologia das Línguas – uma abordagem linguístico-ambiental –, busca-se refletir sobre como essa perspectiva pode contribuir para a formulação de estratégias eficazes voltadas à proteção, promoção e revitalização de línguas indígenas brasileiras, muitas das quais se encontram em situação de ameaça ou minorização, principalmente se pensarmos nas línguas de sinais. Por meio de uma análise documental do PAG e da articulação com referenciais da ecolinguística, observa-se que as ações propostas vão além da preservação linguística, envolvendo também dimensões socioculturais, territoriais e políticas. No caso brasileiro, onde há uma expressiva diversidade linguística indígena, o estudo evidencia tanto avanços quanto desafios na implementação dessas diretrizes, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento das comunidades e ao reconhecimento da centralidade das línguas indígenas na manutenção da diversidade sociolinguística e ecológica. Conclui-se que a Ecologia das Línguas se mostra uma ferramenta teórico-analítica relevante para compreender os impactos das políticas linguísticas da UNESCO, bem como para pensar caminhos de resistência e valorização dos saberes ancestrais no Brasil.

Palavras-chave: década internacional das línguas indígenas; ecologia das línguas; revitalização linguística.

Abstract: This article analyzes the International Decade of Indigenous Languages (2022–2032), with a focus on the Global Action Plan (GAP) developed by UNESCO, in order to understand its impacts within the Brazilian context. Drawing on the framework of Language Ecology—a linguistic-environmental approach—this study seeks to reflect on how such a perspective can contribute to the formulation of effective strategies aimed at the protection, promotion, and revitalization of Brazilian Indigenous languages, many of which are endangered or marginalized, particularly sign languages. Through a documentary analysis of the GAP and articulation with ecolinguistic references, it is observed that the proposed actions go beyond linguistic preservation, encompassing sociocultural, territorial, and political dimensions. In Brazil, a country marked by significant Indigenous linguistic diversity, the study highlights both advances

and challenges in the implementation of these guidelines, especially regarding the empowerment of communities and the recognition of Indigenous languages as central to maintaining sociolinguistic and ecological diversity. It is concluded that Language Ecology proves to be a relevant theoretical-analytical tool for understanding the impacts of UNESCO's language policies, as well as for envisioning pathways of resistance and the valorization of ancestral knowledge in Brazil.

Keywords: international decade of indigenous languages; language ecology; language revitalization.

1 INTRODUÇÃO

“O futuro é ancestral”
(Krenak, 2022)

Em 2022, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) instituiu a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), acompanhada do lançamento de um Plano de Ação Global (PAG), no qual são delineadas as principais medidas a serem seguidas pelas instâncias governamentais em nível mundial. A relação entre o desenvolvimento sustentável do mundo com as línguas indígenas é destacada como um dos eixos centrais do documento, isso porque os povos indígenas detêm conhecimentos tradicionais essenciais, que são repassados de geração em geração através da linguagem. Assim, as principais metas do PAG contemplam

uma necessidade urgente de *proteger, revitalizar e promover as línguas indígenas no mundo todo*. Isso significa valorizar seu papel mais amplo e profundo na construção da paz, na boa governança, na proteção do meio ambiente e na preservação da cultura em todas as suas formas (Unesco, 2021, p. 7, grifos nossos).

Contudo, se a língua não é mais utilizada pelos mais velhos na comunicação com os mais novos - em razão das múltiplas vulnerabilidades e da marginalização a que seus usuários estão submetidos -, como esses saberes podem chegar até nós? Essa questão constitui o cerne da produção do PAG e, para respondê-la, faz-se necessário analisar detalhadamente o conteúdo do documento.

O PAG está estruturado em quatro partes. A *Introdução* conta com a apresentação do plano e a justificativa da proposta de revitalizar e valorizar as línguas indígenas, além de um convite para uma ação global que enxergue a língua como papel decisivo para o desenvolvimento humano. Em *Teoria da mudança*, a Unesco indica quais os objetivos que devem ser alcançados pela população para um maior compromisso com as línguas indígenas. Esses quatro objetivos interligados, como são chamados pela Unesco, visam (a) aumentar a fluência linguística com o apoio de instituições e organizações indígenas, focando no crescimento de novos usuários, e impulsionar os direitos de exercício da identidade ou origem indígena; (b) integrar, incluir e colocar as línguas indígenas “em todos os domínios socioculturais, econômicos, ambientais, jurídicos e políticos e nas agendas estratégicas” (Unesco, 2021, p. 16); (c) realizar o

reconhecimento jurídico das línguas indígenas, além de serviços públicos e desenvolvimento do bem-estar desses povos na sociedade; (d) desenvolver soluções, serviços e ferramentas linguísticas adequadas para a aprendizagem e ensino de línguas indígenas.

O terceiro bloco, *Estrutura de implementação*, trata do gerenciamento de áreas institucionais, propondo adaptações e melhorias para aderir o PAG em nível local, nacional, regional e internacional. Essa seção também apresenta os prazos previstos para a adesão, o desenvolvimento e a avaliação dos resultados do projeto, divididos em marcos temporais específicos.

O primeiro marco, correspondente ao período de 2021 e 2022, refere-se à fase de transição, durante a qual o PAG foi elaborado e as primeiras diretrizes da Década Internacional das Línguas Indígenas começaram a ser delineadas. Em seguida, de 2023 a 2026, período em que estamos, acontece a fase de ampliação, caracterizada pela implementação das ações propostas, mobilizando recursos financeiros e a definição de mecanismos que possibilitem a continuidade das atividades previstas. Em 2027, acontecerá uma revisão intermediária, cuja finalidade é analisar os dados parciais obtidos ao longo da fase anterior, identificando os principais desafios da execução do PAG, bem como os ajustes necessários para o aprimoramento de suas estratégias. De 2028 a 2030, no posicionamento estratégico, a Unesco vai organizar a inserção dos povos indígenas nas discussões globais e estudar como as línguas indígenas podem ser utilizadas em documentos oficiais. Os anos de 2031 e 2032 compõem a etapa de integração, voltada para a efetivação das estratégias definidas nos ciclos anteriores e para a avaliação dos resultados alcançados ao longo da década.

Por fim, o bloco *Monitoramento e avaliação* expõe os mecanismos de monitoramento dos resultados obtidos pela implementação do PAG, como a apresentação de relatórios sobre o andamento do PAG, criação de plataformas *online* para disponibilização ao público de eventos e decisões da Década Internacional das Línguas Indígenas e coleta dos dados, estimulando a documentação linguística.

A partir da estrutura e dos conteúdos apresentados no PAG, esta análise propõe-se a investigar de que modo a Ecologia das Línguas – uma vertente linguístico-ambiental – pode contribuir para a criação de estratégias voltadas à revitalização e proteção de línguas minorizadas e/ou ameaçadas, revelando-se um instrumento valioso para compreender os impactos das políticas linguísticas promovidas pela Unesco no processo de preservação das línguas indígenas.

2 ECOLOGIA DAS LÍNGUAS

Desde a década de 1920, vemos o surgimento de áreas sociais com articulações ambientais e ecológicas, como a ecologia urbana (Park, Burgess, 1921; Park; Burgess; Mckenzie, 1925), a sociologia ambiental (Catton; Dunlap, 1980) e a psicologia ambiental (Proshansky; Ittelson; Rivlin, 1970). Essas novas ideias de conceber a ciência chegaram na linguagem por meio de Humboldt, Sapir e Whorf, que reconheceram a ligação entre linguagem e cultura e “conscientizaram-se do fato de que a diversidade nas visões de mundo está diretamente ligada à diversidade linguística” (Fill, 2015, p. 8). Anos mais tarde, a Ecolinguística aparece como resultado dessa movimentação linguístico-

ecológica. Einar Haugen, Carl Voegelin e Florence Marie Voegelin foram os precursores desse estudo e trouxeram como metodologia a “atenção abrangente de todas as línguas [de uma área]” (Fill, 2015, p. 8), concebida, aqui, como *ecologia*. Porém, o termo Ecolinguística é utilizado de maneira muito ampla, podendo ser subdividido em três correntes:

Ecologia linguística = o estudo das relações entre língua e ‘problemas ecológicos’ (poderia ser chamada de ‘Linguística Ambiental’);

Ecologia da língua = estudo das relações entre língua e seu ambiente social, mental e físico, na área onde ela é usada e na mente do falante que a usa;

Ecologia das línguas = estudo da inter-relação entre línguas; ex.: pidginização e crioulização, língua ameaçada e morte de línguas (Couto, 2007, p. 42 *apud* Fill, 2015, p. 10-11).

Entre os conceitos apresentados, o que mais nos interessa e se aproxima de nosso objetivo é a *Ecologia das línguas*, que pauta uma ‘inter-relação entre línguas’ e entende que a diversidade linguística, ao contrário do monolinguismo, é capaz de compor uma descrição mais eficiente dos diferentes modos de vida. Exemplos de aplicação dessa abordagem ecológica em línguas minorizadas e/ou ameaçadas incluem: “planejamento de comunidades linguisticamente estáveis; criação de um sistema de apoio ao ensino de L2; exigir um sistema de apoio a programas de revitalização linguística; e integração de letramento com outras práticas sociais” (Mühlhäusler, 2017, p. 87).

Nota-se que a Ecologia das Línguas contém princípios alinhados às diretrizes encontradas no PAG, que enfatizam a criação de ambientes favoráveis à transmissão intergeracional, o fortalecimento de políticas educacionais bilíngues e a promoção das línguas indígenas como parte integrante da identidade cultural e do desenvolvimento sustentável das comunidades.

Segundo o Atlas Mundial da Unesco das Línguas em Perigo, publicado em 2010, as línguas indígenas encontradas no Brasil representam menos de um quarto das línguas que já existiram neste território, antes da colonização. Epidemias, guerras e perseguições (que permanecem até os dias atuais) são fatores centrais para a explicação de tamanha perda linguística, populacional e cultural que conta hoje com mais ou menos 180 línguas – que existem sob ameaça crítica de adormecimento (Unesco, 2010).

Entendemos que “é por meio das línguas que as pessoas incorporam suas visões de mundo, sua memória e seu conhecimento tradicional, juntamente com suas maneiras únicas de pensar, dar significado e se expressar, e ainda mais significativamente, é também por meio da língua que elas constroem seu futuro” (Unesco, 2021, p. 6). Mas, se pensarmos nos descasos enfrentados pelas populações indígenas no Brasil, haverá a oferta de um futuro digno para esses povos? Se pensarmos em âmbito nacional, com apoio da Ecologia das Línguas, o reconhecimento do Brasil como um território culturalmente diverso – que acolhe todas as suas ancestralidades e seus povos originários – representa um passo fundamental para a reparação histórica diante do

abandono e descaso governamental enfrentado por essas populações ao longo dos séculos.

Assim, uma mudança linguística efetiva só será possível mediante a construção de políticas públicas atuais e necessárias, que garantam a sobrevivência desses povos e de suas línguas, pois “a capacidade e a liberdade das pessoas de usar a língua que escolheram são essenciais para a dignidade humana, a coexistência pacífica, a ação recíproca, o bem-estar geral e o desenvolvimento sustentável da sociedade de modo geral” (Unesco, 2021, p. 6). E, com essa citação retirada do PAG, passamos para a apresentação das propostas do referido documento voltadas à proteção das línguas indígenas.

3 PROPOSTAS DO PLANO DE AÇÃO GLOBAL

Em 2019, a Assembleia Geral das Nações Unidas celebrou o Ano Internacional das Línguas Indígenas, e, já nesse período, tinha-se um olhar para a urgência de proteção e revitalização das línguas ameaçadas. Então, após uma grande demanda de povos indígenas, que viram nesse movimento um começo de uma ação eficiente e necessária, instituiu-se a Década Internacional das Línguas Indígenas. De acordo com a Unesco (2022, tradução nossa), “as Décadas Internacionais são importantes mecanismos de cooperação dedicados a aumentar a conscientização sobre um determinado tópico ou tema de interesse ou preocupação global e mobilizar diferentes atores para uma ação coordenada em todo o mundo¹”. O lema “Nada para nós sem nós” foi elaborado por povos indígenas bolivianos, que estabeleceram como ponto central do PAG “a participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação” (Década, 2021).

A partir dessa diretriz geral, a Unesco, contando com a participação de diversos povos indígenas e interessados no assunto, montou uma série de ações estratégicas que visam consolidar a presença das línguas indígenas nos mais variados contextos, reconhecendo seu papel essencial na sustentabilidade cultural e social das comunidades e do mundo. Com base nas considerações já expostas sobre o PAG, passamos agora à análise das propostas de revitalização, proteção e promoção das línguas indígenas apresentadas no documento. Para ilustrar as premissas sugeridas no PAG, a Unesco elaborou o esquema abaixo, que visa representar, de maneira didática, as inter-relações das ações estratégicas voltadas à proteção das línguas indígenas.

¹ Tradução de “International Decades are important cooperation mechanisms dedicated to raising awareness on a particular topic or theme of global interest or concern and mobilizing different players for coordinated action around the world”.

DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E O PLANO DE AÇÃO GLOBAL:
POR UMA ECOLOGIA DAS LÍNGUAS DO BRASIL

Imagem 1: Esquema de premissas da Década Internacional das Línguas Indígenas



Fonte: Unesco, 2021, p. 15

Esse esquema está inserido no bloco *Teoria da Mudança*, responsável pela apresentação dos objetivos, resultados e atividades da Década Internacional das Línguas Indígenas. Ressalta-se que, nesse ponto, não se tem a apresentação concreta de alguma atividade que possa ser feita para atingir as metas almejadas, apenas a elucidação dos princípios a serem seguidos. No entanto, propostas mais efetivas são introduzidas posteriormente no documento, ainda no bloco *Teoria da Mudança*. O texto apresenta dez resultados interligados aos quatro objetivos, que serão alcançados através de atividades relacionadas. Segue, abaixo, a ilustração deles.

Imagem 2: Resultados Interligados do 1 ao 5



Fonte: Unesco, 2021, p. 18

Imagem 3: Resultados interligados do 6 a 10



Fonte: Unesco, 2021, p. 18

Cada resultado apresentado acima está articulado a um conjunto de atividades específicas que visam potencializar a implementação da Década Internacional das Línguas Indígenas. Para facilitar a visualização e organização dessas ações, elaboramos um quadro que relaciona as atividades correspondentes a cada resultado:

Quadro 1: Atividades relacionadas aos resultados interligados da Década Internacional das Línguas Indígenas

Resultado 1	Desenvolvimento de políticas educacionais multilíngues baseadas na língua materna e nos direitos humanos, visando um currículo inclusivo e culturalmente sensível, além da capacitação de educadores indígenas, do uso de recursos digitais e do fortalecimento de instituições comunitárias de ensino, com atenção especial às mulheres e meninas indígenas e à valorização dos conhecimentos ancestrais.
Resultado 2	Valorização das línguas indígenas nos sistemas alimentares, a partir da transmissão intergeracional de conhecimentos, da promoção de políticas e pesquisas sobre agrobiodiversidade e nutrição, do fortalecimento de parcerias estratégicas e da criação de recursos linguísticos digitais em línguas indígenas – para o livre acesso a esses dados, respeitando o consentimento livre e informado das comunidades.
Resultado 3	Fortalecimento das competências digitais e midiáticas dos povos indígenas, especialmente os jovens, promovendo o uso de tecnologias e de multilinguismo. Formação de profissionais da mídia e da informação sobre línguas indígenas, a inserção dessas línguas no ciberespaço e o incentivo à cooperação público-privada para o desenvolvimento de tecnologias, normas técnicas e ações de visibilidade para os povos indígenas no ambiente digital.

DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E O PLANO DE AÇÃO GLOBAL:
POR UMA ECOLOGIA DAS LÍNGUAS DO BRASIL

Resultado 4	Valorização das línguas indígenas na área da saúde e assistência social, promovendo o uso desses idiomas no acesso a serviços médicos e humanitários, envolvendo a produção de conteúdos multilíngues culturalmente sensíveis, reconhecimento da medicina tradicional e formação de profissionais para atuação em línguas indígenas, especialmente em contextos de crise e emergência.
Resultado 5	Promoção do uso das línguas indígenas nos sistemas jurídicos e nos serviços públicos, criação de políticas inclusivas, reconhecimento legal dessas línguas, acesso à justiça com intérpretes qualificados e coleta de dados para fortalecer a presença linguística indígena em espaços públicos, como sinalizações e serviços municipais.
Resultado 6	Valorização das línguas indígenas por meio do fortalecimento do patrimônio cultural vivo, com ações para preservar e divulgar histórias, tradições e expressões artísticas indígenas, além de fomentar políticas culturais inclusivas e criar oportunidades de emprego e renda nos setores criativos e de mídia, respeitando os direitos e saberes tradicionais.
Resultado 7	Integração das línguas indígenas nas ações ambientais e climáticas, reconhecendo sua importância para a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, prevendo parcerias para implementar políticas sustentáveis, valorizar conhecimentos tradicionais e incluir as línguas indígenas em avaliações e monitoramentos ambientais internacionais.
Resultado 8	Promoção de emprego digno e sustentável para usuários de línguas indígenas, com políticas inclusivas, capacitação e valorização das competências linguísticas no ambiente de trabalho. Ampliação de oportunidades profissionais em setores como educação, cultura, mídia e turismo, respeitando tratados internacionais.
Resultado 9	Garantia de equidade de gênero para meninas e mulheres indígenas por meio de avaliações de políticas públicas, acesso à educação e saúde e criação de ambientes seguros, promovendo campanhas de conscientização, diálogo público e produção de materiais em línguas indígenas. Fortalecimento de instituições e associações de mulheres para ampliar o acesso à justiça, à liderança e à participação em processos sociais e científicos, valorizando o papel delas na transmissão de línguas e saberes tradicionais.
Resultado 10	Apoio financeiro, institucional e humano à implementação do PAG, com destaque para a criação de fundos fiduciários e parcerias multissetoriais. Coleta e disseminação de dados sobre línguas indígenas por meio de plataformas acessíveis, integrando essas questões às ações do sistema da ONU. Impulsão do <i>advocacy global</i> por meio de eventos, relatórios e estratégias que articulem os compromissos internacionais, como a Agenda 2030 e a Agenda 2063.

Fonte: adaptado de Unesco, 2021, p. 19-22

Ainda há muito a ser feito para que a integração (meta final do PAG) seja efetivada; no entanto, enquanto temos tempo, mobilização e ferramentas ao nosso alcance, é possível fazer a diferença. Com isso em mente, passamos agora à análise das ações desenvolvidas no Brasil e de que forma cidadãos indígenas e não-indígenas podem contribuir para essa missão, apresentando o que vem sendo feito e o que pode ser realizado por parte de nossas lideranças e comunidades. Refletimos também sobre como a abordagem ecológica das línguas pode ser a chave para a execução dos propósitos do PAG nas línguas indígenas brasileiras, pois ao reconhecermos o Brasil como um país multilíngue e plural, reconhecemos suas diferentes constituições de vida. Então, nos cabe perguntar: “quem sabe a presença dos povos indígenas na construção do novo constitucionalismo da América Latina [...] traga outras perspectivas sobre aquilo que nós chamamos de país e de nação?” (Krenak, 2022, p. 45).

3.1 APLICAÇÃO NO BRASIL

A Década Internacional das Línguas Indígenas tem seu representante brasileiro na plataforma <www.decadalinguasindigenasbr.com>. Nela, encontram-se informações sobre as línguas indígenas orais e sinalizadas do Brasil, as documentações linguísticas, os nomes dos pesquisadores do projeto, os eventos comunitários e outros portais dedicados aos temas da Década. No site, há também a disponibilização de documentos voltados ao PAG, entre eles, o Plano de Ação no Brasil e os Grupos de Trabalho (GTs) do plano brasileiro.

O Plano de Ação no Brasil é fruto da colaboração e participação efetiva dos povos indígenas nas tomadas de decisão, consultas e processos de planejamento. Como resultado desse protagonismo, foram propostos três GTs para sua elaboração: (i) o Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas; (ii) o Grupo de Trabalho do Português Indígena e (iii) o Grupo de Trabalho das Línguas Indígenas de Sinais. Cada um desses grupos dialoga com as políticas públicas ao propor diretrizes que respeitem a pluralidade cultural e linguística dos povos indígenas, buscando a efetiva implementação de ações que garantam não só a sobrevivência, mas também a vitalidade e o protagonismo dessas línguas (Década, 2024, p. 1). A estruturação dos GTs – com representações de diversas regiões e organizações indígenas – reforça o compromisso de que as decisões e ações partam dos próprios povos, consolidando um modelo de políticas linguísticas participativas e integradas.

O primeiro GT, o Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas, tem como principal objetivo propor e implementar ações que assegurem o reconhecimento e o fortalecimento das línguas indígenas em todos os âmbitos – desde a cultura e educação até a ciência e tecnologia. Esse grupo propõe a criação de programas e políticas linguísticas² que visem às condições socioeconômicas e territoriais dos falantes, focando

² “O Estado brasileiro deve ter uma política linguística formulada e institucionalizada juntamente com os povos indígenas, considerando que já existem políticas linguísticas de base em desenvolvimento pelas próprias comunidades. Estas políticas necessitam ser mapeadas, reconhecidas e apoiadas, financeiramente, com recursos humanos e tecnológicos, nos âmbitos

na mobilização das comunidades indígenas através de boletins informativos, redes sociais e organização de encontros, cursos e oficinas que permitam a troca de saberes entre as diferentes comunidades indígenas e os demais atores envolvidos. Apresenta ainda atividades como futuros resultados do plano, como o mapeamento das línguas mais vulneráveis nas diferentes regiões; o projeto para a criação do Instituto Indígena de Políticas Linguísticas e documentos de orientação para cursos de formação de intérpretes bilíngues, além de cursos, palestras, apresentações de natureza didática e educativa acerca de suas línguas.

Já o GT do Português Indígena busca ampliar a compreensão e o reconhecimento do português indígena, “uma língua de relações intra e interculturais, constituída pelo português e pelas quase duzentas diferentes línguas dos povos indígenas do Brasil e, por isso, tem o direito ao reconhecimento” (Década, 2024, p. 7), ou seja, ela representa uma variedade do idioma que incorpora elementos das línguas ancestrais dos povos indígenas. Esse GT incentiva pesquisas que documentam essa modalidade linguística e propõe diretrizes para sua inclusão no sistema de ensino, estimulando a formação de professores, a produção de materiais didáticos bilíngues e o desenvolvimento de estratégia que fortaleçam a identidade cultural dos povos indígenas através do português, junto aos elementos linguísticos ancestrais.

Por sua vez, o GT da Língua Indígenas de Sinais tem o desafio de reconhecer, valorizar e promover as línguas de sinais próprias das comunidades indígenas, especialmente, no que diz respeito aos povos surdos. É proposta a documentação e a divulgação dessas línguas por meio da criação de materiais educativos, da organização de cursos para formação de intérpretes e de encontros que incentivem o intercâmbio de experiências, ampliando a visibilidade e o uso das línguas de sinais em contextos institucionais e comunitários.

Sob a perspectiva da Ecologia das Línguas, apresentada anteriormente, cada um dos Grupos de Trabalho no Brasil assume um papel que se relaciona com essa abordagem ecolinguística. O GT de Línguas Indígenas, por exemplo, enfatiza a preservação, revitalização e promoção das línguas indígenas, atuando de forma a manter a diversidade linguística e cultural – assim como em um ecossistema natural, onde a diversidade contribui para a resiliência e o equilíbrio do sistema. Ao mapear, documentar e fortalecer as línguas indígenas, esse grupo reconhece que cada língua tem sua função e que a perda de uma delas pode comprometer todo o conjunto, impactando a identidade e os saberes de seus falantes.

O GT do Português Indígena, por sua vez, reflete a inter-relação entre o idioma dominante e as línguas originárias ao propor o reconhecimento de um português influenciado por elementos linguísticos indígenas. Essa abordagem evidencia como o contato entre línguas gera variações híbridas, que enriquecem o ecossistema linguístico ao incorporar elementos culturais e históricos diversos. Ainda que a instituição de um “português indígena” possa remeter a conceitos coloniais – por envolver o uso da língua

municipal, estadual e federal, bem como contar com o apoio de instituições de pesquisa e ensino e de organizações não governamentais nas ações de fortalecimento e vitalização das línguas indígenas” (Década, 2024, p. 3)

colonizadora como meio de comunicação entre povos historicamente minorizados –, é preciso reconhecer as formas pelas quais esses grupos se apropriam da língua hegemônica e a ressignificam em seus próprios termos.

Por fim, o GT das Línguas Indígenas de Sinais amplia essa visão ecológica ao incluir uma modalidade de comunicação frequentemente negligenciada. Considerando-se que as línguas de sinais, de modo geral, ainda enfrentam preconceitos e não são amplamente reconhecidas como parte da formação básica de indivíduos não surdos, é especialmente significativo perceber que existem esforços voltados à proteção e divulgação das línguas de sinais indígenas. Essa iniciativa representa um importante avanço na valorização da diversidade linguística e cultural, promovendo inclusão e reconhecimento para comunidades historicamente invisibilizadas. Assim, ao promover a documentação, a formação de intérpretes e a criação de materiais didáticos para essas línguas, o GT reafirma que todo meio de expressão – oral, escrito ou visual – é essencial para a manutenção da diversidade e para o equilíbrio do ecossistema linguístico.

Dessa forma, os três GTs atuam de maneira complementar e interdependente, refletindo os princípios da Ecologia das Línguas ao reconhecer que a vitalidade de cada idioma está intrinsecamente ligada à sua capacidade de interagir e se adaptar no conjunto maior da diversidade cultural e linguística. Essa abordagem não só reforça a importância da preservação de cada língua, mas também destaca a necessidade de políticas públicas que entendam e promovam as relações complexas e dinâmicas entre os diferentes sistemas linguísticos, pois, como afirma Quijano (2006, p. 661, tradução nossa), “trata-se de modificar a estrutura institucional do Estado em seus fundamentos, para que possa representar efetivamente mais de uma nação. Ou seja, é uma cidadania múltipla, já que na existente os ‘indígenas’ não têm, não podem ter, lugar pleno”³.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A implementação das políticas linguísticas para as línguas indígenas enfrenta desafios significativos que vão desde a insuficiência de financiamento e infraestrutura até questões estruturais de preconceito e marginalização. A falta de recursos financeiros impede a criação de programas sustentáveis de revitalização, documentação e difusão das línguas indígenas, afetando desde a produção de materiais didáticos até a implementação de cursos de formação para intérpretes e professores. Sem um investimento consistente, as ações correm o risco de serem pontuais e ineficazes, comprometendo a continuidade dos projetos que buscam a preservação e o fortalecimento dessas línguas.

Além disso, o impacto da globalização tem acelerado o processo de transmissão intergeracional, pois a difusão massiva da língua dominante, principalmente o português, e a influência dos meios digitais muitas vezes reduzem o uso cotidiano das línguas nativas. A globalização contribui para uma homogeneização cultural que, se não for contrabalançada por políticas de preservação, pode levar ao desaparecimento de

³ “Se trata de que la estructura institucional del Estado sea modificada en sus fundamentos, de modo que pueda representar efectivamente a más de una nación. Es decir, se trata de una múltiple ciudadanía, ya que en la existente los “indígenas” no tienen, no pueden tener, plena cabida”.

línguas que carregam conhecimentos e modos de vida ancestrais. No entanto, há perspectivas promissoras. O protagonismo indígena tem ganhado espaço, com comunidades articulando redes de apoio e parcerias com instituições de ensino, centros de pesquisa e órgãos governamentais. Os Grupos de Trabalho – tanto o de Línguas Indígenas quanto o de Português Indígena e o das Línguas Indígenas de Sinais – exemplificam caminhos que visam integrar diferentes aspectos do ecossistema linguístico.

5 CONCLUSÃO

A Década Internacional das Línguas Indígenas representa um movimento fundamental e muito significativo a esses povos que há séculos lutam por sua existência e por seus direitos. Que as metas propostas sejam de fato alcançadas e que a participação e o protagonismo indígena em organizações mundiais deixem de ser exceção para se tornarem realidade concreta. Que seus saberes, tão ricos e importantes, possam enfim ser reconhecidos, valorizados e incorporados como parte essencial do bem-estar coletivo e da construção de um futuro mais justo e plural para todos os povos.

Compreendemos que a Ecologia das Línguas constitui uma abordagem teórica eficaz para sustentar as propostas da Década Internacional e, especificamente, do Plano de Ação brasileiro, ao reconhecer que as línguas se inter-relacionam e que a convivência entre o português e as línguas indígenas, orais e de sinais, pode enriquecer o sistema linguístico como um todo, promovendo uma ecologia linguística na qual cada idioma contribui para a resiliência e diversidade cultural.

Fortalecer essas ações exige, portanto, a garantia de recursos financeiros e a construção de uma infraestrutura sólida que sustente, de forma contínua, os projetos de revitalização e documentação linguística, outro princípio ecolinguístico (Muhlhausler, 2017). Somente com um compromisso governamental sério, aliado à mobilização e à participação ativa dos povos indígenas, será possível superar os obstáculos históricos e promover uma mudança efetiva, que assegure a sobrevivência e a vitalidade das línguas indígenas para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

CATTON JR., W. R.; DUNLAP, R. E. A new ecological paradigm for a post exuberant sociology. **American Behavioral Scientist**, v. 24, n.1, p. 15-47, set./out. 1980.

DÉCADA Internacional das línguas indígenas no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>.

DÉCADA das línguas indígenas do Brasil. **Plano de ação para a década internacional das línguas indígenas no Brasil**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/wp-content/uploads/2024/04/PLANO-DE-ACAO_2024_TUALIZADO.pdf.

FILL, A. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 1, n. 1, p. 07-21, 2015.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MUHLHAUSLER, P. Ecologia das línguas. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 03, n. 02, p. 85-88, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9681/8549>.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W. **Introduction to the science of sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1921.

PARK, R. E.; BURGESS, E.; MCKENZIE, R. D. **The city**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PROSHANSKY, H. M.; ITTELSON, W. H.; RIVKIN, L. G. (org.). **Environmental psychology: man and his physical setting**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1970.

QUIJANO, A. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina. **Argumentos**, Cidade do México, n. 50, v. 19, p. 51-77, 2006.

UNESCO. **Atlas of the world 's languages in danger**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187026>.

UNESCO. **Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas 2022-2032**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/idil2022-2032/global-action-plan>.

UNESCO. **Década Internacional das Línguas Indígenas 2022-2032**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://idil2022-2032.org>.